

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Instituição Militar e Política, uma abordagem  
antropológica (1964 – 1974)**

Sandra Maria Frederici

Orientador: Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner

Outubro de 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Instituição Militar e Política, uma abordagem  
antropológica (1964 – 1974)**

Sandra Maria Frederici

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner

Outubro de 2003

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F852im

Frederici, Sandra Maria.

Instituição militar e política, uma abordagem  
antropológica (1964 – 1974) / Sandra Maria Frederici. -- São  
Carlos : UFSCar, 2003.

154 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2003.

1. Ciência militar. 2. Militares. 3. Regime militar. 4.  
Hierarquia (direito administrativo). 5. Antropologia. I. Título.

CDD: 355 (20<sup>a</sup>)

## **Agradecimentos**

Muitas foram as pessoas que colaboraram para a realização desse trabalho, de várias formas: como responsáveis pela minha formação, pelo auxílio direto às atividades de pesquisa, pelo apoio nas questões mais práticas do dia-a-dia, e pela amizade e companheirismo durante esses anos de trabalho.

Quero agradecer inicialmente ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, em especial ao professor Piero de Camargo Leirner pela dedicação na orientação desse trabalho, à professora Marina Cardoso, pela forte presença em minha formação intelectual, e aos professores João Roberto Martins Filho e Luiz Henrique de Toledo, pelas importantes colaborações durante a pesquisa, principalmente como banca de Qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e à CAPES pela estrutura e financiamento proporcionados à pesquisa. E às colegas Ana e Claire.

Ao arquivo Ana Lagoa da UFSCar e ao Centro de Documentação do Exército, responsáveis pelo material de pesquisa.

Aos amigos Helder, Cristhian, Sabrina, Cristina, Carolina, Amanda, Cristiane, Simone, Silvia, Roselene e Nivalda pela amizade e companheirismo durante todos esses anos em São Carlos. E à Silmary pelos importantes meses de trabalho e amizade.

À minha segunda família, Wilson, Ana Lúcia, Patrícia e Marcelo pelo acolhimento nos períodos de pesquisa em Brasília. E ao Thiago (in memoriam) que tanto me ensinou.

Àqueles que participaram de tudo, sempre: meus pais, Aparecida e Antônio, meus irmãos, Karina e Eduardo e ao Gustavo que acompanhou de perto essa pesquisa.

Finalmente dedico esse trabalho à memória de minha avó Luzia, que ao seu modo esteve sempre presente em minha formação.

**Resumo:**

Essa dissertação propõe pensar o relacionamento entre a instituição militar e a política no período compreendido entre 1964-1974, através de uma leitura antropológica dos processos ocorridos no seio da hierarquia militar. Para tanto, sua análise recai sobre as carreiras militares construídas nesse período, bem como os arranjos políticos intramilitares, como campos capazes de melhor evidenciar os movimentos no interior da cadeia de comando diante da nova posição assumida no cenário político. Assim, partindo de uma abordagem que considera o Exército como uma organização social específica, tal discussão busca tratar sua relação com a política através de suas articulações internas, todas elas referidas, em última instância, à dimensão central do universo militar: a organização hierárquica.

**Palavras-Chave:**

Militares – Regime Militar – Hierarquia - Antropologia

**Abstract:**

The purpose of this dissertation is thinking the relationship between the military institution and politics in the period between 1964-1974, by an anthropological reading of the processes occurred in the core of the military hierarchy. Therefore, its analysis deals with the military careers constructed in this period, as well as the intramilitary political arrangements, as fields able to better evidence the movements in the command sequence under the new position assumed in the political context. In this way, based on an approach that considers the army as a specific social organization, that discussion aims to treat its relation with politics through its internal articulations, all of them concerning, as a last resort, to the central dimension of the military universe: the hierarchal organization.

**Key words:**

Militaries – Military Regime – Hierarchy – Anthropology.

## **Sumário**

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
------------------------	-----------

### **Capítulo 1**

#### **Os Militares como Objeto de Estudo**

1.1- As Forças Armadas e a política em uma abordagem sócio-política.....	13
1.2- A Instituição Militar em uma perspectiva antropológica.....	22
1.3- Hierarquia militar e política.....	32

### **Capítulo 2**

#### **Organização Hierárquica e Relações Políticas Internas**

2.1- A hierarquia militar e os seus mecanismos internos de ascensão.....	40
2.2- Comandos militares na estrutura das tropas de combate.....	43
2.3- A profissionalização do Exército brasileiro e o fortalecimento da estrutura hierárquica.....	55
2.4- Carreiras Militares e política durante o regime militar brasileiro iniciado em 1964.....	104
2.5- O Exército enquanto organização social.....	127

<b>Conclusão.....</b>	<b>146</b>
-----------------------	------------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>148</b>
--	------------



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 A.....	46
Tabela 2 A.....	50
Tabela 3 A.....	53
Tabela 4 A.....	57
Tabela 1 B.....	61
Tabela 2 B.....	65
Tabela 3 B.....	68
Tabela 4 B.....	74

## **Lista de Figuras**

Hierarquia de Patentes.....	40
Estrutura das Tropas de Combate.....	43
Estrutura do Poder Militar.....	46
Estrutura Organizacional do Exército.....	47
Gráfico 1 – Porcentagem de vagas anuais para promoções ao generalato.....	94
Gráfico 2 – Caronas por nº de promoções anuais ao posto de general-de-divisão.....	96
Gráfico 3 – Caronas por nº de promoções anuais ao posto de general-de-exército... 96	
Gráfico 4: Porcentagem de generais segundo sua identificação política por ano.....	100
Configuração das subdivisões da cadeia de comando no Exército.....	134
Configuração das relações políticas no interior do Exército.....	134
Configuração da organização hierárquica no Exército.....	139
Configuração da classificação pessoal no interior da hierarquia de patentes.....	141

## Introdução

Os movimentos militares foram uma constante em vários países, resultando geralmente em golpes de Estado<sup>4</sup>. Os países do Cone Sul, por exemplo, viveram sob governos militares autoritários até um período recente. Por esse motivo, os militares passaram a ser considerados atores políticos de grande importância e o envolvimento da instituição militar na política suscitou uma preocupação acadêmica, tornando-se objeto de vários estudos nas ciências sociais.

No Brasil, as pesquisas que surgiram nesse âmbito concentraram-se na ciência política e, algumas vezes, também na sociologia<sup>5</sup>, abarcando uma produção que tenta dar conta das causas que levaram os militares a aparecerem como atores políticos tão expressivos em vários períodos de crise política na nossa história. O resultado desses esforços é um grande número de estudos que compartilham, independentemente da abordagem que realizam, de um mesmo ponto de partida: os militares em sua relação com a sociedade e, mais especificamente, com a política.

Nesse sentido, sob questões políticas mais amplas, os militares são abordados através de relações externas à organização, sendo vistos ora como instrumentos nas mãos de grupos políticos, ora como uma instituição capaz de se posicionar politicamente diante de questões que se desenrolam na sociedade civil; ou ainda como uma corporação fragmentada em correntes que disputam espaço na

---

<sup>4</sup> Segundo LUTTWACK (1991:181-199), entre 1950-1975 mais da metade das nações viveram algum tipo de golpe de Estado envolvendo militares, alguns mais de uma vez, totalizando aproximadamente quatrocentos eventos catalogados.

<sup>5</sup> Não é nossa intenção aprofundar clivagens acadêmicas que, cremos, especificamente sobre a produção do conhecimento a respeito dos militares, são de pouca eficácia. No entanto, a perspectiva que se tem em relação ao tratamento que se dá aos militares enquanto objeto de estudo nos permite agrupar os trabalhos de maneira análoga às tradições disciplinares das ciências sociais.

definição do *output* político da instituição<sup>6</sup>. No geral, para além do papel que se atribui a esses atores no cenário político, os aspectos organizacionais internos, bem como as articulações que ocorrem no seio da instituição diante do seu posicionamento político, raramente foram vistos como relevantes para o entendimento das intervenções militares.

Acreditamos, no entanto, que esses dados possam trazer novas perspectivas para essa discussão e, assim, seguimos um caminho diverso – e por isso mesmo complementar - às abordagens sócio-políticas. Ou seja, tomando como base uma perspectiva antropológica de estudos militares que chama a atenção para as dimensões internas à organização militar, nossa intenção primeira é a de verificar suas relações com a política, observando as ligações e os limites entre o mundo da política e o interior da instituição.

Para tanto toda a nossa pesquisa se realizou sobre dados internos à instituição militar, em geral ao Exército, e buscou tratar das articulações ocorridas no seio da hierarquia diante do posicionamento político assumido em 1964. A partir daí, as especificidades encontradas nas relações políticas intramilitares nos permitiram pensar essas questões como características de uma organização social particular: a hierarquia militar.

Por último, as ações profissionalizantes iniciadas em fins de 1965 no meio militar, bem como a criação de órgãos político-militares que resultaram em uma cadeia de informações paralela à tradicional cadeia de comando nas Forças Armadas, nos levaram a repensar as relações entre hierarquia militar e política: considerando essas duas atitudes como barreiras que visaram preservar a organização militar nesse novo contexto.

---

<sup>6</sup> Retoma essas discussões o ensaio bibliográfico de COELHO (1985).

## **Capítulo 1**

---

### **Os Militares como Objeto de Estudo**

## 1.1- As Forças Armadas e a política em uma abordagem sócio-política

Os estudos sobre militares no Brasil, no que toca à importância destes enquanto atores políticos, desenvolvem-se através de dois principais modelos interpretativos: o instrumental e o organizacional. Em ambos, a preocupação gira em torno da problemática da dependência das Forças Armadas com relação à sociedade civil e o Estado<sup>7</sup>.

A concepção instrumental concentra-se na idéia de que as Forças Armadas sejam um instrumento acionado, em determinados momentos históricos, por grupos civis em nome de interesses de classe. Nesse sentido, busca como explicação para as intervenções militares na política, forças políticas e correntes de opinião que circulam fora da corporação, vendo “no jogo dos interesses antagônicos da sociedade civil a ação intervencionista das FFAA no processo político” (BORGES FILHO, 1996:32). Esse modelo foi dividido por COELHO (1976) em três linhas: a oligárquica (quando o Exército é tido como instrumento das classes dominantes); a dos setores médios (sendo o Exército o representante dos interesses políticos das classes médias); e a moderadora (quando ao Exército é atribuído o papel de árbitro dos conflitos entre grupos políticos).

Diferentemente, a concepção organizacional concebe a instituição militar como uma organização mais homogênea e autônoma com relação à sociedade global, sendo o seu *output* político “resultado de processos e decisões que se prendem à lógica e

---

<sup>7</sup> A caracterização dessas duas concepções, bem como a classificação dos estudos existentes sobre os militares e a política no Brasil, encontram-se em PEIXOTO (1980: 27 – 42); COELHO (1985); BORGES FILHO (1996: 25-36).

à percepção próprias da instituição e de seu funcionamento vertical” (PEIXOTO, 1980:30). Aqui, segundo COELHO (1985:342), as organizações são tidas como sistemas, até certo ponto “abertos” aos influxos externos, sendo esse “grau de abertura” variável segundo o seu potencial político e a hostilidade do ambiente externo.

Mas, ainda que se possa estabelecer uma linha demarcatória entre essas duas concepções, há que se ter em mente que os trabalhos variam de acordo com a intensidade em que as variáveis - como origem social do quadro de oficiais, conexões entre Forças Armadas e grupos sociais, o quadro ideológico da instituição, o seu funcionamento interno e, a sua autonomia em ações políticas - são consideradas para se pensar as relações entre Forças Armadas e grupos políticos<sup>8</sup>, resultando em diferenças significativas entre estudos que se inspiram em uma mesma concepção. Existem, ainda, autores que vão lançar mão dessas duas concepções a fim de caracterizar o fenômeno militar como “o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global (...) com um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes (institucionais e partidários) do cenário político” (PEIXOTO, 1980: 31). Por fim, é importante ressaltar que, seguindo um ou outro modelo interpretativo, aparecem estudos baseados em leituras de “longa duração”, possíveis de serem realizadas sob a perspectiva da ciência política.

Partindo, agora, para uma revisão geral dos trabalhos que preocuparam-se em entender as intervenções militares no cenário político brasileiro, estaremos

---

<sup>8</sup> Sendo pensada, pela concepção instrumental, como a aproximação dos grupos sociais às Forças Armadas e a fixação de regras para uma ação política militar. Já para o modelo organizacional, essa interação se dá na possibilidade de convergência de estratégias - civis e militares - em um mesmo plano de ação.

buscando não só explicitar a discussão apresentada acima, mas também delinear os objetivos que envolveram as pesquisas sobre os militares no Brasil.

STEPAN (1975) apresenta uma certa proximidade com o primeiro modelo ao basear-se na hipótese do poder moderador das Forças Armadas na política brasileira<sup>9</sup>. Seus argumentos defendem a idéia de um comportamento militar determinado por fatores internos e externos à instituição: “(...) o modelo moderador não se baseia em um conjunto de mecanismos de controle impostos pelos civis, mas em um conjunto de normas existentes no âmbito e fora da corporação militar” (*idem, ibid.:* 1975:63). Assim, reconhecendo os militares como politicamente heterogêneos - ainda que conservem um grau de unidade institucional -, STEPAN vê no processo político o estabelecimento de alianças entre elites civis e militares, resultantes da convergência de pontos de vista. E ainda que considere que todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares (concebendo um certo grau de passividade por parte dos militares), não deixa de ressaltar o peso que a autopreservação institucional teve no golpe de 1964, quando os militares passaram a ver o seu papel moderador como um obstáculo à unidade e integridade da instituição. Isto demonstra que variáveis institucionais também foram levadas em consideração para o estudo sobre os militares na política.

DREIFUSS (1987), compartilhando da visão de que existe uma cooptação das Forças Armadas por parte de grupos políticos civis, vê na intervenção de 1 de Abril de 1964 não um mero golpe militar, mas sim uma ação política liderada por empresários e tecno-empresários, que operavam através do IPES (Instituto de Pesquisas

---

<sup>9</sup> Segundo Stepan, o poder moderador das Forças Armadas no cenário político brasileiro teve o seu ápice durante o período compreendido entre 1945 – 1964. A partir do movimento militar de 1964, a intervenção dessa instituição na política muda de caráter, passando de moderadores a dirigentes da política nacional, apoiando-se na doutrina de segurança interna e do desenvolvimento.

e Estudos Sociais). Desse modo, o golpe de 1964 passa a significar um golpe de classe, colocando no poder um novo bloco que “rejeitou a ordem política anterior e procurou estabelecer um regime tecno-empresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornariam ancilares e, no processo perderiam o seu papel central” (*idem, ibid.*: 483 – 5).

Rejeitando a hipótese de que as Forças Armadas constituem-se em instrumentos de ação política para grupos da sociedade civil, IANNI (1968, *apud* Borges Filho, 1996:31) apresenta os militares como atores que imaginam uma atuação política independente em face dos políticos civis. Também BARROS (1978), ao analisar os mecanismos que acentuam a especificidade do universo militar – o sistema de ensino e os processos informais de socialização -, demonstra o caráter autônomo e particular da instituição militar.

Nesse mesmo sentido, várias outras obras procuram partir de dados organizacionais para entender as intervenções militares na política. Carvalho, por exemplo, enfatiza fatores estruturais internos à instituição – recrutamento, estrutura do corpo de oficiais, o ensino militar, as ideologias de intervenção – para estudar as Forças Armadas na Primeira República (CARVALHO, 1974) e com relação ao Exército no Estado Novo (CARVALHO, 1982; 1983). Dessa mesma maneira, em FORJAZ (1983), o significado político do tenentismo é compreendido através de uma análise organizacional do Exército. Seguindo a fórmula huntingtoniana de que a profissionalização resulta em não-intervencionismo, a autora destaca as clivagens ideológicas no Exército durante o processo de modernização, concluindo que dentre os oficiais, os tenentes eram os menos profissionais - explicando, assim, o movimento tenentista.



Apesar de remeterem o comportamento político das Forças Armadas à características próprias da organização militar, os trabalhos citados acima distanciam-se um pouco do que COELHO (1985:341) entende por paradigma organizacional: “um modelo que permita entender como a organização interage com seu ambiente externo e de como ela se adapta ou reage a ele através de modificações em sua estrutura interna”. Essa formulação, inclusive, foi por ele utilizada já em trabalho anterior (COELHO, 1976), quando o desenvolvimento das relações entre o Exército e a sociedade foi entendido como o desenrolar de estratégias de acomodação e adaptação da instituição para com o seu ambiente externo – a sociedade civil.

Seguindo essa idéia de que as Forças Armadas – ainda que sejam organizações com características específicas - possuem um certo grau de “abertura” diante dos acontecimentos externos, e reconhecendo a existência de correntes militares dentro da corporação, ROUQUIÉ (1980) pensa o Exército como um espelho deformador das tensões existentes na sociedade. Assim, mesmo possuindo um elevado grau de coesão institucional, ele não deixa de ser politicamente penetrado e fracionado pelos interesses em jogo. Isto quer dizer que os militares se dividem em função dos grandes problemas nacionais, a partir de procedimentos próprios, pois “tanto os valores quanto os interesses próprios da corporação acarretam uma reformulação em termos militares de questões centrais da vida nacional” (*idem, ibid.:* 20). E, se os políticos civis esforçam-se para obter o apoio dos militares no jogo político, isso não significa que o Exército seja um instrumento passivo diante de impulsos exteriores, mas sim que as cisões internas podem coincidir com correntes da opinião civil.

Nessa mesma linha de argumentação, podemos citar PEIXOTO (1980), que criticando os modelos instrumental e organizacional, propõe pensar a inserção da

Forças Armadas no processo político como uma relação “... triangular onde coexistem, em um quadro de relações constantes, três conjuntos de agentes: os civis (partidos, grupos de pressão, etc.), as correntes militares, e as estruturas de comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar)” (*idem, ibid.*: 34). Salientando que a estratégia política da instituição é determinada pela sua lógica do funcionamento, ou seja, que as pressões externas (oriundas do movimento da sociedade global) e internas (correntes militares) sofridas pelas Forças Armadas convergem sobre as estruturas de comando. A hierarquia representaria, então, um papel central, legitimando as pressões e exigências: “se a corrente militar tem uma função de canalização, à hierarquia se reserva a de 'filtragem', ou seja, ela afasta as solicitações consideradas não legítimas e aceita outras” (*idem, ibid.*: 35).

Esse tipo de interação entre Forças Armadas e grupos políticos civis aparece ainda em OLIVEIRA (1980), que partindo de uma análise dos conflitos que se manifestaram no interior das Forças Armadas sob a presidência do general Ernesto Geisel, conclui que, ainda que não possa ser considerado como um partido militar, o aparelho militar representou um papel de ator político principal enquanto instituição estatal, sendo a sua predominância no interior do Estado o fator responsável pela sua transformação em uma estrutura de decisão, para a qual recorriam os diversos interesses sociais. Estes dirigiam-se ao corpo de oficiais politicamente dividido e ativo<sup>10</sup> e, quando superadas barreiras políticas e ideológicas, resultavam em tendências que disputavam espaço na relação de forças que condicionavam a ação da hierarquia militar. Foi dessa maneira que o amplo movimento democrático teve repercussão sobre alguns

---

<sup>10</sup> Os grupos militares organizados e conhecidos na época eram: Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), Centelha Nacionalista, Movimento Revolucionário Democrático (MRD), Movimento Revolucionário Autêntico (MRA). (BERNARDO KUCINSCKI, “E agora, João?”, *Em Tempo*, 15-21 de maio de 1978, pp.: 3. *apud* OLIVEIRA, 1980).

movimentos militares e, diante disso, o Alto Comando, ainda que formado por oficiais favoráveis à “linha dura”, teve que respeitar o espaço político conquistado pelo movimento antiditadura no quadro de oficiais. Essa politização dos quadros militares, e a conseqüente possibilidade de crises internas à corporação, aparece em MATHIAS (1995) como uma das razões pelas quais viu-se a necessidade do afastamento gradual das Forças Armadas da administração estatal, iniciado com o processo de distensão no governo Geisel. Desse modo, a mudança de rota do regime teria tido também como objetivo<sup>11</sup> atenuar os efeitos da ordem autoritária sobre a própria instituição, a saber: a deterioração da capacidade de controle da corporação militar sobre si mesma, representada principalmente pela elevado grau de autonomia adquirido pelos setores de segurança com relação ao aparelho político-militar. Por fim, cabe ressaltar que, para a autora, a politização da instituição foi intensificada pelo tipo de intervenção ocorrido em 1964: Forças Armadas aliadas a políticos civis instaurando uma ditadura institucional, diferentemente do ocorreria no caso de uma ditadura personalizada, quando o chefe do governo e das Forças Armadas são uma mesma pessoa.

A idéia de uma relação de aliança por vezes estabelecida entre civis e militares aparece ainda em BORGES FILHO (1996). Para ele, a instituição militar, como ator político, deve ser analisada em duas frentes: na sua relação com os partidos políticos e correntes de opinião que se desenvolvem fora da esfera militar e na sua constituição enquanto uma organização com valores próprios. A intervenção militar seria, então, o resultado da interação entre a instituição e os segmentos civis, ficando o papel dirigente do golpe nas mãos dos militares devido a características próprias à organização – “superioridade em organização, um sistema simbólico altamente

---

<sup>11</sup> Outros dois importantes objetivos do governo Geisel eram: preservar as prerrogativas militares e um regime de “democracia relativa”. (MATHIAS, 1995:139).

emocionalizado e o monopólio das armas” (GÓES, 1984 *apud* BORGES FILHO, 1996:36) – que os colocam em vantagem diante de organizações civis. Assim, quando analisa o papel exercido pelo aparelho militar no processo político brasileiro – arbitral-tutelar até 1964; ator dirigente a partir de 1964; e novamente tutelar (sob a forma dirigente do aparelho armado) a partir de 1985<sup>12</sup> – conclui que os militares constituem-se em atores políticos em todos os momentos de crise institucional. Isso porque, o poder militar seria um componente estrutural da política brasileira, o que permitiria a militarização da política e a politização da instituição militar. Desse modo, “a estrutura ideológica dos militares encontra-se embutida no caráter do Estado, e por consequência, o poder estatal é submisso ao poder militar” (*idem, ibid.*: 56).

Também COSTA (1996:17-18), partindo da especificidade da inserção política da instituição armada, para estudar a sua participação na queda do Império e na consolidação da República, ressalta o fato de que “... a motivação determinante do comportamento político dos militares na queda do Império radica nas contradições específicas da corporação militar com o Estado Imperial, não podendo ser subsumidas às demandas de nenhum outro grupo social mas, ao contrário, contribuindo para explicar a sua eventual convergência com demandas de outros setores”.

Finalmente, analisando a discussão apresentada acima, podemos observar que, no geral, os objetivos giram em torno do comportamento das Forças Armadas no jogo político, variando o modo de abordar o problema. Assim, se de um lado a instituição militar é vista como um instrumento nas mãos de grupos políticos

---

<sup>12</sup> Com relação ao papel tutelar exercido pelos militares na Nova República, CASTRO & D’ARAÚJO (2001:12-15), ao defenderem a idéia de uma diminuição progressiva da presença dos militares no cenário político, demonstram a discussão existente entre analistas sobre essa questão. Entre aqueles que apontam a democracia brasileira como tutelada pelos militares ou para o surgimento de um novo tipo de influência militar, destacam-se ZAVERUCHA (1994; 2000) e MARTINS FILHO & ZIRKER (1998), respectivamente. Já entre os que consideram os militares como perdendo força num cenário democrático, aparecem TOLLEFSON (1995), HUNTER (1997) e OLIVEIRA & SOARES (2000).

civis, de outro ela aparece como um ator político independente dos segmentos civis, agindo conforme valores próprios. E, ainda, se neste último modelo – o organizacional – o aparelho militar aparece como autônomo, em linhas que apostam em uma interação entre civis e militares no campo político, a organização passa a ter um maior grau de abertura a questões que se desenrolam em seu ambiente externo, apresentando assim cisões político-ideológicas em seu interior – não obstante o seu caráter coeso que se faz respeitar pela estruturação hierárquica da cadeia de comando.

Desse modo, atentos ou não para os aspectos internos à instituição, esses estudos preocupam-se, no limite, com o *output* político das Forças Armadas, ou seja, sobrepõem o aspecto político às dimensões propriamente militares da instituição. Muito embora essas questões sejam de fundamental importância para o debate sobre as intervenções militares na política brasileira, o que propomos aqui segue um caminho diverso: o nosso objetivo é realizar uma análise a partir de dimensões internas à instituição militar<sup>13</sup>, procurando perceber os desdobramentos que a participação política alcançou no interior dessa instituição. Desse modo, foram tomados, como ponto de partida, os estudos realizados por uma abordagem etnográfica dos militares apresentados a seguir.

---

<sup>13</sup> Cabe ressaltar que entendo isto como uma certa “inspiração etnográfica” para a análise da instituição militar, levando em conta dimensões anteriormente apontadas por CASTRO (1990) e LEIRNER (1997). Tendo clara também a impossibilidade de uma separação total entre o que se considera como variáveis internas e externas, devido ao próprio caráter simbólico das fronteiras estabelecidas entre o universo militar e o civil, tornando relativo o fechamento da instituição armada perante a política.

## 1.2- A Instituição Militar em uma perspectiva antropológica

Ainda que a relação entre a política e os militares tenha sido enfocada principalmente pela ciência política e pela sociologia, alguns poucos estudos na área da antropologia colaboraram com o debate abrindo uma perspectiva que toca principalmente os aspectos internos à própria organização militar. Desse modo, por exemplo, foi mostrado como um *espírito militar* se forma dentro do Exército revelando uma série de fronteiras entre a instituição e a sociedade (CASTRO, 1990) e como a *hierarquia* é um aspecto central da organização da vida militar (LEIRNER, 1997; 2001). Partindo de um estudo etnográfico na Academia Militar das Agulhas Negras, CASTRO (1990) chama a atenção para a oposição “militares” e “paisanos” já construída nos primórdios da carreira militar, através de um intenso processo de socialização profissional, dirigido para a formação de um *espírito militar*. Esse processo de socialização é apontado como resultado da profissionalização pela qual teria passado a carreira militar ao se separar da aristocracia civil<sup>14</sup>, já que ela significou, principalmente a partir de 1850, a valorização do conteúdo profissional, a implantação

---

<sup>14</sup> “Durante o período imediatamente às Guerras napoleônicas, a maioria dos países ocidentais criou academias militares e aboliu (...) restrições ao ingresso no corpo de oficiais. Com isso, cada vez mais o *espírito* do oficialato – sua identidade social – deixou de estar referido a um espírito de classe aristocrático e passou a centrar-se na própria instituição. A hierarquia da instituição militar tendeu a desvincular-se da hierarquia social” (CASTRO, 1995:19). No Brasil, um primeiro indício de democratização da Academia Militar foi a criação, em 1838, do título de alferes-aluno (obtido por mérito individual) em oposição ao título de cadete (como privilégio de nascimento), ou seja, a aristocracia de berço passou a conviver com o mérito individual obtido através da educação. Porém, apesar do intenso processo de profissionalização pelo qual passou o Exército a partir de 1850, o título de cadete só foi abolido em 1897, o que demonstra a lentidão desse processo. Para se ter uma melhor exploração do processo de profissionalização nos exércitos ocidentais ver HUNTINGTON (1957) e JANOWITZ (1960). Para o caso brasileiro ver SCHULZ (1994) e CASTRO (1990:105-146).

de um regime de internato e, a separação do ensino militar do ensino de engenharia civil, até então sob sua custódia.

A fronteira estabelecida pelos militares com relação ao mundo exterior também foi trabalhada por LEIRNER (1997), em termos da hierarquia militar. Esta, além de um mecanismo de divisão de tarefas dentro da tropa, constituiria a base da construção da identidade dessa instituição, podendo ser pensada enquanto fundamento simbólico das ações e representações dos militares, sendo responsável, em última instância, pela sua diferenciação para com o mundo externo à instituição. A hierarquia seria, assim, um mecanismo de classificação total da realidade desses atores, dando à instituição militar um caráter de organização totalizante, para a qual se voltam todos eles.

Em trabalho posterior, LEIRNER (2001) remete essa totalidade, em que se traduz a instituição militar, a uma unidade ainda maior, a guerra. Pensada enquanto uma realidade que transcende o Estado e a política, a guerra seria, subjetivamente, um sistema de trocas simbólicas entre exércitos que se relacionam enquanto equivalentes e inimigos, possuindo uma gramática comum – a hierarquia de patentes: “Os exércitos, diante de tantas variáveis – que, aliás, se condensada em dois grandes blocos, os recursos disponíveis e os inimigos disponíveis – somente vão se organizar pelo fato de que todos dispõem, no fim das contas, desta estrutura comum. Neste sentido, estamos falando de um campo semântico especificamente militar, e cujos caracteres imprimem um tom de universalidade aos exércitos” (*idem, ibid.*: 136).

Os exércitos (assim como os militares enquanto seus integrantes) estariam, então, voltados para essa relação externa ao Estado – ainda que, ao mesmo tempo, em subordinação a este -, por isso a idéia de que a guerra não opera somente em

função deste, mas também em uma dimensão paralela a ele. Desse modo, o militar – no seu reflexo na instituição como um todo – acaba assumindo um sentido diferenciado do mundo civil na sua relação com a coisa pública: “o indivíduo-para-a-guerra não pode ser do mesmo tipo que o indivíduo do contrato da *polis* – embora seja necessário frisar que o militar faz parte da *polis* e de vez em quando esse indivíduo da *polis* pode ser convocado para ir à guerra. Mas (...) o indivíduo da *polis* não tem, na sua multiplicidade de papéis, a possibilidade de ser, além de umas tantas outras coisas, também um militar (...), bem como o militar não é nas horas vagas um *paisano*. Ou se é um, ou se é outro” (LEIRNER, 2001:143).

Na verdade, esses autores tomam a instituição militar como uma organização que tende a endogenia, ou seja, construindo uma grande coesão interna e, concebendo uma autonomia capaz de torná-la fechada em si mesma e distante da sociedade civil. Trabalhando anteriormente<sup>15</sup> com a mobilidade social dos oficiais militares no interior do Exército, foi possível perceber como a carreira militar se constrói através de uma relação particular entre o indivíduo e a instituição, relação esta que traduz o caráter totalizante e endógeno até aqui sugerido.

O lugar que cada indivíduo ocupa dentro da cadeia de comando é resultante de uma classificação pessoal dada pela relação entre dois mecanismos de promoção: o mérito e a antiguidade. O mérito torna possível o controle do indivíduo sobre sua própria carreira, mas pode funcionar como um *projeto individual*<sup>16</sup> somente dentro dos limites estabelecidos pela instituição, expressos pela antiguidade e pela escolha (no caso dos oficiais-generais) como outros mecanismos de ascensão na

---

<sup>15</sup> FREDERICI, 2001.

<sup>16</sup> Segundo VELHO (1981), o *projeto individual* é uma manobra que possibilita ao indivíduo a escolha de um caminho específico. Ele está relacionado com a maneira pela qual um determinado contexto social engloba a ambigüidade *fragmentação/totalização*.



hierarquia, que submetem os oficiais à ideologia totalizante da instituição, já que são baseados mais na idéia de *pessoa* do que na de *indivíduo*<sup>17</sup>. A carreira militar seria, assim, a expressão mais clara de como a sua hierarquia desenvolve um padrão profissional específico – subordinando os indivíduos à ideologia corporativa da instituição – e tendo especial importância na vida social desses atores, pois aqui vida profissional e vida pessoal não estão separadas, mas sim constantemente pautadas pela disciplina imposta pela instituição.

Desse modo, podemos pensar a hierarquia militar não como uma cadeia de comando de estratos superpostos, seguindo o modelo burocrático weberiano<sup>18</sup>, mas sim como a estruturação de uma totalidade, semelhante ao holismo indiano<sup>19</sup>. Isso nos

---

<sup>17</sup> Segundo DUMONT (1985), a categoria *indivíduo*, enquanto ser moral, autônomo e não social, seria aquela valorizada na sociedade moderna (individualista), enquanto a *pessoa* seria aquela encontrada em sociedades tradicionais (holistas), que subordinam as partes (pessoas) à totalidade social. Essa relação entre uma totalidade e suas partes, é caracterizada por DUMONT, a partir de uma análise sobre o sistema de castas indiano, como uma hierarquia baseada na ‘ideologia da totalidade’. Para ele, a hierarquia constitui-se, essencialmente, de uma relação de *englobamento do contrário*, ou seja, pressupõe que uma oposição entre dois elementos seja assimétrica: dois elementos de um par de oposição não formam um todo através de uma relação de complementaridade, mas sim através de uma relação hierárquica em que o elemento mais valorizado representa um todo que engloba as partes subsequentes, como partes pré-orientadas logicamente para esse todo. Essa construção foi utilizada para pensar o holismo e o individualismo nas sociedades tradicionais e moderna, mostrando que o holismo – como ideologia de uma sociedade - engloba o individualismo e vice-versa, respectivamente. No caso da instituição militar podemos observar, através do seu padrão de carreira, como os indivíduos (e com eles os valores individualistas) aparecem englobados por uma totalidade para a qual se voltam como partes desse todo, sendo a possibilidade de *projetos individuais* possível somente dentro dos limites institucionais estabelecidos.

<sup>18</sup> Partindo do modelo weberiano de burocracia, a *hierarquia* é pensada como uma decorrência da *autoridade*, sendo uma expressão da combinação desta com a estratificação social correspondente. Este modelo, que seria a marca do ocidente, representa o ápice da dominação legal e caracteriza-se pela especialização e uma rigorosa disciplina, resultando em uma gigantesca impessoalidade que decorre de condições sociais e econômicas que têm como pressuposto uma formação histórica individualista, baseada em um estatuto de igualdade. Esta organização burocrática nos leva a pensar a hierarquia como uma cadeia de comando de estratos superpostos e, em relação ao exército esse “tipo ideal” foi tomado como base por vários estudos, concentrados principalmente na ciência política.

<sup>19</sup> Assim como caracterizado por DUMONT, como um sistema de castas que se englobam sucessivamente até alcançar a totalidade social, tendo todas as *pessoas* voltadas para ela. Para a hierarquia militar, essa relação foi sugerida por LEIRNER (2001) nos termos de “castas de um homem só”, já que as patentes se englobam sucessivamente, reservando ainda um lugar único que cada militar ocupa na cadeia de comando: “(...) esta fração mínima na hierarquia que é o indivíduo aparece a nós mais como uma “casta de um homem só” do que como aquele indivíduo que a literatura sociológica definiu como o tipo clássico, livre e resultante de uma infinidade de papéis sociais. Aqui o que temos é uma combinatória final de caracteres individualistas com mecanismos coletivos que impõem uma lógica que vai da organização às partes” (*idem, ibid.:147*).

leva a tomar a hierarquia militar em sua real dimensão na constituição dessa instituição que se sobrepõe aos seus profissionais. Assim, os militares passam a ser percebidos como “partes” voltadas para a totalidade da organização, compartilhando de um mesmo *socius* e, agindo segundo os preceitos da disciplina. A disciplina, por sua vez, passa a ser entendida enquanto expressão valorativa da estruturação hierárquica militar, que molda o modo de agir desses atores e, mantém cada *pessoa* no seu devido lugar<sup>20</sup>, ou seja, restrita à sua patente e ao círculo hierárquico<sup>21</sup> em que ela pode se movimentar.

Se levarmos em conta os dados demonstrados por CASTRO (1993) sobre a origem social dos militares na década de 80, veremos, inclusive, que a endogenia nessa instituição se dá antes mesmo da entrada do indivíduo na carreira: os oficiais do Exército são “cada vez mais, filhos de militares”<sup>22</sup>. Essa tendência ao auto-recrutamento é um resultado explícito do intenso processo de socialização a que são submetidos os militares e suas famílias, através dos colégios militares, dos clubes militares, das vilas militares e dos cursos de formação de militares. Assim, “dentro da perspectiva de George Simmel, uma das características das sociedades complexas é a coexistência de diversos círculos sociais entre os quais o indivíduo se move, tornando-se nessa trajetória um ser cada vez mais singular, individual, distinto de outros indivíduos. *A profissão*

---

<sup>20</sup> Assim como mostrou LEIRNER (2001:144): “Todos os militares, portanto, têm como parâmetro as regras e conceitos prescritos no plano da doutrina que se reverte para disciplina, como requisito básico para o bom funcionamento do corpo como um todo. Diferente, portanto, do nível de competição a que estamos acostumados em outras formas burocráticas, geralmente pautadas por um certo grau de predação e dissenso, mas o indivíduo efetivamente pode imprimir a “sua” marca. No caso da hierarquia militar a ação individual encontra um rol de possibilidades já limitado por uma pré-possibilidade, restrita ao comportamento prescrito ou disciplinado, de se elaborar estratégias próprias de ascensão. (...) Nesse sentido, trata-se aqui, sem dúvida, de uma forma muito particular de individualismo.”

<sup>21</sup> Esses círculos hierárquicos determinam os ambientes de convívio, bem como a maneira pela qual se vai comandar e obedecer. Para um maior entendimento sobre o sistema hierárquico da instituição militar, ver LEIRNER, (2001: 81-181).

<sup>22</sup> Castro chama também a atenção para o fato da carreira militar representar uma possibilidade de ascensão social, já que o contingente de filhos de oficiais subalternos e praças recrutados para a carreira de oficial do Exército é bem maior que o número de filhos de oficiais superiores. Um projeto de ascensão social que é, antes uma escolha da família do que do próprio indivíduo, dada a pouca idade com que é feita a opção pela carreira militar. Refutando, assim, a idéia corrente de que os militares seriam representantes da “classe média”.

*militar é, ao contrário, caracterizada pela concentração de muitas esferas da vida dos indivíduos num mesmo círculo de relações sociais (...)* (CASTRO, 1993:230, grifos nossos).

Desse modo, essas questões são de fundamental importância, porque nos permitem olhar para a rede de interações sociais nas quais vivem os militares. No entanto, dizer que eles estão submetidos a um intenso processo de socialização profissional que cria uma divisão simbólica com relação à sociedade civil, não significa negar a existência de grupos divergentes dentro dessa organização. Ao contrário, este tipo de abordagem, ao se voltar para os aspectos internos à instituição, nos possibilita chegar, em um plano mais detalhado, à dinâmica das questões que aí se desenrolam, sejam elas entre “grupos militares”, ou entre os militares e a política.

Nesse sentido, ao analisar a participação dos militares no golpe de 1889, CASTRO (1995) mostra como a conhecida “Proclamação da República” foi uma ação política de um *grupo de militares*<sup>23</sup>, os oficiais subalternos dos corpos científicos do Exército, na época conhecidos como a “mocidade militar”. O seu trabalho se desenvolve de modo a explicar “como se efetivou, entre esses militares, um *projeto* de República, que relações ele tinha com a *cultura* específica a esse grupo e que estratégias de *ação política* foram seguidas para implementá-lo” (*idem, ibid.*: 11).<sup>24</sup> Segundo ele, o cientificismo disseminado entre esse grupo de alunos da Escola Militar da Praia

---

<sup>23</sup> Ao contrário da historiografia tradicional, que aponta a “Proclamação da República” como um movimento do qual participaram *os militares*, em uma posição de antagonismo ao governo iniciado depois da Guerra do Paraguai e agravada durante o movimento abolicionista e a Questão Militar (CASTRO, 1995:7-8).

<sup>24</sup> Cultura como as “estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência” (GEERTZ, 1989); ação como conduta prevista, baseada num projeto pré-concebido (SCHUTZ, 1979); e projeto como conduta organizada para atingir objetivos específicos, o que não significaria dizer que uma ação é totalmente racional, mas sim considerar que o projeto é um instrumento de negociação entre a realidade e a construção de identidades sociais (VELHO, 1987).

Vermelha, encontrou nas constantes rivalidades com o governo um terreno fértil para o desenvolvimento de um projeto republicano.

A “mocidade militar” era um grupo que, enquanto militares, encontrava-se em oposição aos bacharéis em direito, e que dentro do Exército era diferenciado dos militares de tropa, bem como dos oficiais superiores<sup>25</sup> e dos oficiais-generais que, tendo participado da Guerra do Paraguai como oficiais subalternos e oficiais superiores, tinham formado uma consciência de necessidade de defesa da “honra militar” diante de atos do governo que enfraqueciam a instituição; sendo esta a razão pela qual o próprio Deodoro da Fonseca participou do golpe, diferentemente do ideal republicano que ficou restrito aos “científicos” e a seu líder, Benjamin Constant.

A partir daí, podemos concluir que sob a aparente unidade da “Classe Militar” no golpe de 1889, “as diferenças entre as gerações de jovens e médios oficiais, bem como oficiais “científicos” e “tarimbeiros”, são mais significativas do que suas semelhanças” (CASTRO, 1995:24). No entanto a “mocidade militar” não fugiu aos trâmites da hierarquia; situação que pode se observar em primeiro pelo fato da “mocidade militar” encontrar um líder carismático em Benjamin Constant e, depois a busca pelo apoio de Deodoro da Fonseca para dar ao golpe um caráter realmente militar e não o aspecto de um movimento de um grupo de militares, já que Deodoro representava os “tarimbeiros” e era um oficial-general. O que deixa claro que, mesmo partindo de convicções de um *grupo de militares*, o golpe de 1889 não ignorou por completo a estruturação interna da instituição, articulando-a de forma específica para uma ação política.

---

<sup>25</sup> A hierarquia militar no final do Império apresentava-se, assim, em ordem crescente: *Praças*: soldado, anseçada, cabo, furriel, segundo-sargento, primeiro-sargento; *Oficiais subalternos*: alferes, segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão; *Oficiais superiores*: major, tenente-coronel, coronel; *Oficiais-generais*: brigadeiro, marechal-de-campo, tenente-general, marechal-de-exército (CASTRO, 1995:9).

Partindo de todas essas características que nos remetem à relação entre a ação corporativa e a organização específica do universo militar, buscamos pensar na relação entre instituição militar e esfera política no governo militar no governo militar iniciado em 1964. No entanto, o nosso objetivo não é buscar dentro da instituição as causas de uma ação política, e sim perceber como, *diante de uma ação política*, a instituição militar se articulou internamente. Para tanto, tomamos como ponto de partida os processos ocorridos na hierarquia interna da instituição. Pois, a hierarquia, como já foi mostrado, é a base da organização simbólica e formal dessa instituição e, portanto também as ações políticas que ela venha a promover de algum modo estarão pautadas por este eixo.

Nesse sentido, a sugestão aparece inclusive abordada tangencialmente em COELHO (1985) quando trata da instituição militar no Brasil. Para ele, a hierarquia é um aspecto que dá suporte às intervenções por parte das Forças Armadas no campo político: “O ‘intervencionismo’ aponta para *disposição* em intervir, mas a ‘intervenção’ indica capacidade ou *poder* para intervir. (...) Não seria supérfluo observar que as ‘intervensões’ foram sempre de generais, mas nunca de oficiais subalternos aos quais resta a alternativa do ‘intervencionismo’ (embora não seja exclusividade deles). Isto é: o ‘intervencionismo’ gera revoltas, motins ou rebeliões, mas para que haja uma ‘intervenção’ o fator hierárquico é sempre decisivo. (...) O ‘intervencionismo’ só se concretiza numa ‘intervenção’ quando conta com o suporte da hierarquia” (*idem, ibid.*: 350 –1). Como vimos, o trabalho de CASTRO (1995) é bem ilustrativo, pois demonstra que o golpe de 1889 não fugiu a essa regra.

Essa questão – da importância da hierarquia no comportamento político da instituição - é reafirmada pelos próprios militares, que em entrevista à pesquisadores

do CPDOC (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994 - a) deixaram claro como o anticomunismo militar dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava à própria instituição militar, já que ele “invadiu a caserna”, atingindo pontos centrais dessa organização - a hierarquia e a disciplina – ao introduzir uma obediência paralela e concorrente. Também, violações desses princípios militares, como a atenção dispensada por Jango e seus chefes militares aos sargentos, ignorando as barreiras que separam oficiais e praças em categoria diferentes dentro da corporação, foram suficientes para ganhar a oficialidade ainda neutra com relação ao golpe de 1964<sup>26</sup>:

*“Naquela última semana do mês de Março, veja quanta coisa o João Goulart armou: uma atrás da outra. Numa semana só, com seu apoio ou com apoio de gente do palácio, houve a revolta dos marinheiros, o comício da Central do Brasil e o comício do Automóvel Club<sup>27</sup>. Três coisas! O comício do Automóvel Club era uma confrontação do princípio de hierarquia das Forças Armadas. Era um comício de sargentos para apoiar o presidente da República (...). Depois, teve a Revolta da Marinha, a chamada revolta, famosa, do cabo Anselmo. No fim, (...) derrubaram o*

---

<sup>26</sup> Razões essas citadas pelo grupo de militares entrevistados, que durante o golpe de 1964 figuravam em patentes médias na hierarquia. É importante lembrar, no entanto, que no interior da caserna existiam outros motivos que também impulsionaram os militares de patentes mais altas. Isso sem contar os militares de esquerda convivendo no interior da instituição. O que deixa claro a coexistência de posições diversas no Exército nesse momento.

<sup>27</sup> *Comício da Central do Brasil*: em 13 de março de 1964, quando João Goulart discursa, no Rio de Janeiro enfrente ao ministério da Guerra, sobre a necessidade de mudar a Constituição e de implementar as reformas de base, assinando dois decretos: “o de encampação das refinarias de petróleo particulares e o chamado Decreto da Supra – Superintendência de Política Agrária, considerado o primeiro passo na efetivação da reforma agrária”.

*Revolta dos Marinheiros*: em 25 de março de 1965, quando “um grupo de marinheiros e fuzileiros navais, liderados pelo Cabo Anselmo dos Santos, contrariando proibição do Ministério da Marinha, comparece à reunião do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio, comemorativa do segundo aniversário da associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal, criada para reivindicar e defender os direitos da categoria.

*Comício do Automóvel Club*: em 30 de março de 1964, quando João Goulart discursa, em festa dos sargentos da PM no Automóvel Club no Rio de Janeiro, “ênfatizando a posição dos sargentos como um elo entre as Forças Armadas e o povo” (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994-a: 27-29).

*Ministro da Marinha e Goulart colocou o ministro que os marinheiros queriam”*  
(Carlos de Meira Mattos em depoimento a D’ARAÚJO E SOARES em fevereiro e março de 1992).

*“Se a coisa não tivesse atingido as Forças Armadas, os militares teriam agüentado. Mas aquele episódio dos sargentos desequilibrou. A instituição tinha que se defender. Foram realmente a infiltração comunista e a subversão e indisciplina nas Forças Armadas que, inclusive, amedrontaram o ambiente civil e o meio empresarial”*  
(Gustavo Moraes Rego em depoimento a D’ARAÚJO E SOARES em junho de 1992).

Finalmente, uma análise da carreira militar mostrou-se como o melhor instrumento de acesso aos processos que poderiam estar ocorrendo, no período proposto, no interior de uma organização pautada por tais valores.

### 1.3- Hierarquia Militar e Política

Estudados a partir das perspectivas da sociologia e da ciência política, os militares geralmente foram observados em sua relação com a política e a sociedade, por isso “os estudos sobre a instituição militar no Brasil foram quase todos feitos sob o estímulo de intervenções armadas no processo político” (COELHO, 1985: 355). Ainda que estes enfoques permitam entender a instituição militar a partir de suas conexões com processos políticos mais amplos, partimos do pressuposto de que uma visão “etnográfica” nos ajudaria a entender, de outro modo, como a dinâmica interior da organização militar foi afetada por este processo. Assim, acreditamos que as questões que permitiriam um maior entendimento sobre o seu comportamento diante de crises políticas podem ser trabalhadas na sua filigrana se passarmos a cruzá-las com os aspectos propriamente internos à organização militar – como a hierarquia, a disciplina, as representações e um *ethos* próprio que distingue os militares dos “paisanos”.

Tal proposta apoia-se na linha antropológica já discutida acima, que salienta a hierarquia e a disciplina militares como eixos centrais de organização e socialização, abarcando trabalhos sobre a formação de um “espírito militar” (CASTRO, 1990) e sobre a hierarquia como um aspecto central da organização militar (LEIRNER, 1997; 2001). Toma também como base minha monografia de conclusão da graduação sobre a mobilidade social dos oficiais militares no interior do Exército (FREDERICI, 2001) e entrevistas realizadas com militares (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994) que apontavam para os tais “fatos da hierarquia” como responsáveis pelo desencadeamento do golpe de 1964.



Nosso objetivo é abordar a instituição militar durante o regime pós-64 através de um universo simbólico que marque a vida desses atores, buscando pontos que possam iluminar o nosso entendimento sobre suas articulações políticas internas. Sendo a hierarquia a base da instituição militar, acreditamos que as ações políticas por ela promovidas estejam de algum modo também pautadas por este eixo e, portanto, uma análise sobre a mobilidade desses atores na hierarquia interna, feita através do histórico de carreiras individuais, se mostra um campo fértil para a nossa discussão.

Nossa hipótese inicial, de que para além dos reflexos da hierarquia militar na política, ocorreram também articulações na sua organização interna, tomava como base dois pontos principais:

- a dependência, sugerida por D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO (1994–a: 10, 11), da carreira da média oficialidade dos rumos tomados pelo processo político militar: “O comprometimento da jovem e média oficialidade com o golpe marcou, em dois sentidos, sua trajetória militar. Para muitos, significou uma ascensão rápida na carreira; para outros o congelamento de suas posições”.

- a implementação do Centro de Informações do Exército (CIE), no governo Costa e Silva, enquanto órgão do gabinete do ministro, passando a fazer o fluxo de informações por outros canais que não os da convencional cadeia de comando. Assim, “no que concernia a informações, a cadeia hierárquica<sup>28</sup> era acompanhada por uma cadeia técnica paralela de informações devidamente institucionalizada. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994 – b: 16).

---

<sup>28</sup> As unidades militares estiveram sempre divididas em 5 seções: 1ª responsável pelas atividades de Pessoal; a 2ª pela informação; a 3ª pelas operações; a 4ª pelo apoio logístico e a 5ª pelas relações públicas. No caso específico das atividades de informação, elas percorriam a cadeia de comando até chegar ao chefe do Estado-Maior de cada Força e ao ministro da área, quando necessário. (Ver pp.: 34).

Essas duas questões nos levaram a pensar que tanto o padrão de carreira dos militares, quanto a estruturação hierárquica das Forças Armadas teriam sofrido modificações diante da posição de dirigente político alcançada pela instituição. Diante disso, buscamos chegar aos processos ocorridos no interior da organização hierárquica diante dessa intervenção política, partindo de uma análise da mobilidade social interna dos militares durante esse período, feita através dos *Almanaques Militares*<sup>29</sup> e demais documentos e publicações das Forças Armadas<sup>30</sup>. No entanto, os resultados dessa pesquisa, como serão discutidos adiante, não confirmaram a nossa hipótese, mas apontaram para a ocorrência de modificações no interior da hierarquia somente no sentido de seu fortalecimento no interior do universo militar, através de um processo de profissionalização iniciado em dezembro de 1965 e de uma crescente racionalização dos mecanismos de ascensão na carreira, observados a partir de então<sup>31</sup>.

A pesquisa, por sua vez, concentrou-se nos *Almanaques do Pessoal do Exército*, mais especificamente nas patentes do generalato no período que vai de 1964 a 1974, e nos *Noticiários do Exército* e *Diários Oficiais*, compreendendo o mesmo período. Esse recorte de tempo não foi aleatório, mas buscou acompanhar um determinado número de militares desde a entrada ao primeiro posto do generalato até a sua ida para a reserva. Este grupo de oficiais também não foi escolhido ao acaso; ao contrário, foi destacado pelos próprios militares entrevistados por D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO (1994; a), alguns como sendo da chamada “linha dura” e outros

---

<sup>29</sup>Estes *Almanaques* consistem em listagens anuais dos militares segundo uma classificação pessoal e, portanto, explicitam a posição de cada um na cadeia de comando. Assim, de acordo com a estratificação entre oficiais e praças, um *Almanaque* é inicialmente dividido em dois volumes. Em seguida, dentro de cada um deles, encontram-se relacionados os militares, separados por armas e patentes, de acordo com o lugar único e particular que ocupam dentro da escala hierárquica.

<sup>30</sup> Obtidos no Centro de Documentação do Exército em Brasília e no Arquivo Ana Lagoa na UFSCar.

<sup>31</sup> É importante ressaltar aqui que embora se tenha claro que a hierarquia militar e a política não sejam de todo incompatíveis, procuramos privilegiar, durante a nossa análise, a estrutura hierárquica da instituição militar em detrimento das questões ocorridas no âmbito da política.

apontados como castelistas, mas uns ou outros aparecendo como de grande importância política nos três primeiros governos militares.

A partir daí, estes nomes – que muitas vezes coincidiam com os nomes citados por grande parte da literatura sobre o assunto - foram pesquisados e analisados, no que toca a sua carreira militar individual. No entanto, outros oficiais-generais de pouca relevância política encontravam-se nas referidas patentes e, acabaram por constituir parte importante da análise: pois foi comparando-os com os militares mais conhecidos que se pode chegar aos resultados mais interessantes para a pesquisa.

Para que a análise dessas carreiras se tornasse viável foram elaboradas tabelas que demonstravam de forma mais clara as movimentações dentro da hierarquia no período considerado. Posteriormente estes dados foram analisados através de tratamentos estatísticos e, finalmente colocados sobre a forma de texto, apresentado no capítulo 2. Esses dados foram, ainda, cruzados com outras tabelas construídas sobre os cargos ocupados por cada um dos oficiais estudados. Por fim, toda a análise teve como suporte os estatutos e leis vigentes nesse período<sup>32</sup>.

Assim, o capítulo seguinte parte da análise das movimentações dos militares na hierarquia do Exército através da carreira, realizando uma discussão sobre os aspectos internos à instituição militar e o seu processo de profissionalização e racionalização crescente, no período abordado, como característicos de sua especificidade. Ou seja, como demonstrativos da diferenciação de dois universos: a instituição militar e a política.

Finalmente, entendemos a hierarquia militar como uma estrutura particular que se relaciona com a sociedade civil, e com a política por extensão, de

---

<sup>32</sup> A relação dos Documentos Pesquisados apresenta-se no final do texto, em Referências Bibliográficas.

forma específica: enquanto estrutura social ela se organiza hierarquicamente através de uma extensa cadeia de comando e obediência, fornecendo, a partir daí, as categorias através das quais os eventos políticos externos são lidos e organizados internamente. Tal processo resulta em articulações intramilitares peculiares cuja semelhança com o sistema político Nuer, como discutido por EVANS-PRITCHARD (1978), nos serviu de inspiração para buscar um modelo próprio para a organização militar.

Suas semelhanças, bem como seus desencontros no que se refere a própria estrutura da organização social, nos pareceram, assim, muito proveitosos para uma melhor caracterização da hierarquia militar, como se verá no item “O Exército enquanto organização social”.

## **Capítulo 2**

---

### **Organização Hierárquica e Relações Políticas Internas**

Os Militares, como já foi discutido no capítulo anterior, são abordados, enquanto objeto de estudo, sob três diferentes perspectivas: a instrumental e a organizacional, no âmbito da sociologia e da ciência política; e a comparativa no âmbito da antropologia, privilegiando os aspectos internos à instituição militar como pontos-chave para o entendimento de um *ethos* próprio desses atores.

A partir das discussões levantadas por essa última perspectiva, pensaremos a relação das Forças Armadas com a política no período compreendido entre 1964-1974, no sentido de chegar às articulações internas à sua organização diante da nova posição assumida no cenário político. Tudo isso já foi dito, mas a questão que se coloca agora é a seguinte: se partirmos do pressuposto de que a instituição militar tem uma orientação que coloca fronteiras simbólicas em relação à sociedade, o que a tornaria fechada em si mesma, como pensar o seu relacionamento – enquanto instituição – com essa sociedade global em momentos politicamente tão delicados como o período iniciado em 1964?

Já explicitamos porque a abordagem instrumental não possibilita alcançar nossos objetivos – é demasiado voltada para os aspectos externos às Forças Armadas diante dos períodos de intervenção militar na política. Do mesmo modo, pensamos que tomar essa instituição como monolítica e relativamente fechada aos estímulos externos – como o fazem os adeptos da abordagem organizacional -, significa não tocar a fundo os seus mecanismos de organização interna. Pois, que a hierarquia seja a instância final de decisão do *output* político da organização militar, não significa que inexistam divergências em seu interior.

Ao contrário – e é neste ponto da discussão que se insere este trabalho – é justamente na inter-relação desses grupos politicamente divergentes no interior da

caserna que muito do funcionamento da hierarquia – como aspecto central no comportamento desses atores – pode ser explicitada e melhor discutida.

Mas antes de partirmos para análise da movimentação dos oficiais-generais no interior da hierarquia dessa organização no período iniciado em 1964, algumas considerações sobre a estrutura organizacional de patentes e a movimentação dos militares no seu interior, bem como sobre a distribuição dos comandos na estrutura das tropas de combate, merecem ser retomadas a fim de melhor situar a discussão que segue.

## 2.1- A hierarquia militar e os seus mecanismos internos de ascensão<sup>33</sup>

A hierarquia militar constitui-se em uma seqüência de patentes divididas em dois grupos - *oficiais* e *praças* – organizados como mostra o quadro a seguir (em ordem decrescente). No interior dessa estrutura, a movimentação se dá através das promoções anuais regulamentadas por leis específicas que incidem sobre os três mecanismos de ascensão aí existentes: *antiguidade*, *mérito*, *escolha*.

Marechal <sup>34</sup> General-de-Exército General-de-Divisão General-de-Brigada	<u>Oficiais-Generais</u>	<b>Oficiais</b>
Coronel Tenente-Coronel Major	<u>Oficiais Superiores</u>	
Capitão Primeiro-Tenente Segundo-Tenente	<u>Oficiais Subalternos</u>	

Desse modo, até o posto de capitão as promoções ocorrem por *antiguidade* e respeitam a classificação alcançada pelos oficiais ao final dos cursos de formação. A partir do posto de major, o *mérito* passa a ser o diferencial para a classificação desses militares e, as datas de promoção começam a diversificar-se, de modo que quanto mais alto o posto, mais diferença existe entre as datas de promoção

<sup>33</sup> A discussão que segue encontra-se melhor formulada em LEIRNER (2001:108-138).

<sup>34</sup> A patente de marechal era honorífica e foi extinta no governo Castelo Branco. Ao passarem para a reserva, os generais-de-exército costumavam ser promovidos ao macharelato (GASPARI, 2002 – a: 363).



dos membros de uma mesma turma de formação. Existe inclusive a chance de um membro de uma turma mais nova ser promovido junto com outros de uma turma mais antiga, o que significa que esse militar possuía uma melhor pontuação no conceito *mérito* do que aqueles que ele deixou para trás. Nesse caso, ele passará a ser considerado como pertencente a essa turma mais antiga. Esses são os casos denominados *caronas*.

Por último, existem as promoções por *escolha* para os oficiais-generais, quando o Alto Comando do Exército envia ao presidente da República listas de oficiais selecionados através de processo regulamentado pela Lei de Promoções de Oficiais vigente<sup>35</sup>. Essas listas de escolha, por sua vez, são elaboradas sobre relações de oficiais de acordo com resultado de votação secreta da CPO nas promoções para general-de-brigada, e sobre relações de oficiais-generais em ordem de antiguidade para as promoções a general-de-divisão e general-de-exército.

Como se vê, as promoções até o posto de coronel ocorrem, através de dois mecanismos - o *mérito* e a *antigüidade* – que resultam em uma *classificação pessoal*. Dessa maneira, cada pessoa ocupa um lugar particular na hierarquia, de modo que, mesmo os que pertencem a mesma patente não se encontram em um mesmo grau de elevação na carreira. Esta *classificação pessoal* é, na verdade, complementar à estratificação entre as patentes e, junto com elas, constitui um tipo específico de hierarquia, já que difere do tão conhecido modelo de “pirâmide hierárquica”. É claro

---

<sup>35</sup> O processo de *promoção* de um oficial de carreira obedece a seguinte seqüência: fixação dos limites quantitativos de antigüidade para ingresso dos oficiais nos Quadros de Acesso por Antigüidade, Merecimento, e Escolha; inspeção de saúde dos oficiais incluídos nos referidos limites; organização dos Quadros de Acesso e, remessa dos mesmos para o ministro do Exército; apuração das vagas a preencher; remessa, ao ministro do Exército, das propostas para as promoções; remessa, ao ministro do Exército, das Relações dos coronéis e dos generais-de-brigada e generais-de-divisão que concorrem à organização das Listas de Escolha; organização, pelo Alto Comando do Exército, das Listas de Escolha e, sua apresentação ao presidente da República; promoções. Para um melhor entendimento desse processo, ver FREDERICI (2001: 8-11).

que a ascensão na carreira ocorre através de um processo de afunilamento de pessoal conforme o grau de elevação da patente na hierarquia, no entanto, essa *classificação* varia de um para um e não possibilita um empate.

A carreira militar conjuga, nesse sentido, esses dois princípios, que aparecem, a todo o momento, inter-relacionados. Pois a *antigüidade no posto* nada mais é do que o resultado de uma *promoção anterior* obtida através da interdependência entre esses dois mecanismos. Ora, essa interdependência é dada primeiro pela dependência que o *mérito* apresenta com relação à *antigüidade*; ou seja, para que um oficial seja promovido por *mérito*, ele tem que estar compreendido na faixa quantitativa de *antigüidade*. E, segundo, porque essa é a *antigüidade no posto*, nada mais nada menos do que a expressão de uma *classificação pessoal* obtida em *promoção anterior*, a qual conjugou aqueles que ascenderam por *mérito* e aqueles que ascenderam por *antigüidade* em uma *relação classificatória* variando de 1 para 1. Isso não só para o caso das *promoções* que podem ocorrer pelos dois princípios, mas também para aquelas que só podem ocorrer por *antigüidade* - como nos postos de primeiro-tenente, segundo-tenente e capitão - já que elas mantêm a *classificação meritória* alcançada nos cursos de formação<sup>36</sup>.

Nesse contexto, a *escolha* aparece como um mecanismo mais associado às *relações pessoais*. Pois, se durante grande parte da carreira dos oficiais baseadas em um princípio coletivo - *antigüidade* -, o *mérito* aparece cada vez mais como um domínio “individual”, nas promoções ao generalato a *escolha* se impõe como uma barreira a esse processo, pelo modo mesmo como é realizada<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Na AMAN. Para o caso, ver CASTRO (1990).

<sup>37</sup> Ver novamente FREDERICI (2001).

## **2.2- Comandos militares na estrutura das tropas de combate**

No Exército, a estrutura hierárquica, como apresentada acima, convive com uma outra estrutura relacionada com as tropas de combate (GASPARI, 2002-a: 364). Essa convivência, por sua vez, se caracteriza por uma inter-relação, já que “(...) as atribuições e deveres de cada um coincide com sua situação na cadeia disciplinar” (LEIRNER, 2001:126), como observa-se a seguir (em ordem decrescente)<sup>38</sup>:

<b>Estrutura hierárquica de Patentes</b>	<b>Estrutura das tropas de combate</b>
General-de-Exército General-de-Divisão General-de-Brigada	Corpo de Exército Divisão Brigada
Coronel Tenente-Coronel Major	Regimento Batalhão Batalhão
Capitão Primeiro-Tenente Segundo-Tenente	Companhia Pelotão Pelotão

Vemos que cada unidade de combate está sob o comando de oficiais de determinada patente. Assim, um general-de-exército comanda um Corpo de Exército, um general-de-divisão uma Divisão de Exército, um general-de-brigada uma Brigada, um coronel é responsável por um Regimento, assim como os tenentes-coronéis e majores são responsáveis por um Batalhão, os capitães por uma Companhia e os tenentes pelos Pelotões.

<sup>38</sup> Esses dados foram retirados de GASPARI (2002) e LEIRNER (2001).

Para os nossos propósitos aqui, os três primeiros comandos (Exército, Divisão e Brigada) serão melhor caracterizados, já que nossos dados referem-se às patentes do generalato:

- **Exército**: agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica. No período aqui estudado, as tropas terrestres apresentavam-se assim, segundo sua jurisdição<sup>39</sup>: **I Exército** (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), **II Exército** (São Paulo e Mato Grosso), **III Exército** (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), **IV Exército** (responsável por todos os estados do Nordeste) e mais dois comandos ocupados por generais-de-divisão (Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Planalto).

Os Exércitos recebiam apoio logístico das Regiões Militares (RM) comandadas por generais-de-divisão: **1ªRM** (sediada no Rio de Janeiro), **2ªRM** (sediada em São Paulo), **3ªRM** (Porto Alegre), **4ªRM** (Juiz de Fora), **5ªRM** (Curitiba), **6ªRM** (Salvador), **7ªRM** (Recife), **8ªRM** (Belém), **9ªRM** (Campo Grande), **10ªRM** (Fortaleza) e **11ªRM** (com sede em Brasília);

-**Divisão**: agrupa um determinado número de Brigadas e Regimentos, reunindo tropas das diferentes armas<sup>40</sup>, tendo as tropas de infantaria e artilharia sob o comando dos generais em Infantarias Divisionárias (ID) e Artilharias Divisionárias (AD);

- **Brigada**: unidade de composição mista comandada por um general-de-brigada.

Para se ter uma idéia da importância dos cargos<sup>41</sup> – tanto os institucionais quanto os de caráter “político” - que podiam ser ocupados pelos oficiais-generais,

<sup>39</sup> Dados apresentados em LEIRNER (2001) e GASPARI (2002).

<sup>40</sup> Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Engenharia.

<sup>41</sup> Um cargo militar é um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido a um militar em serviço ativo. Com a estrutura de poder criada durante o governo iniciado em 1964, alguns cargos adquiriram um certo poder político, além dos novos postos com projeção externa à instituição que foram criados então. Esses cargos, no que se refere ao generalato, são ocupados por indicação do presidente da República no caso dos generais-de-exército, e negociados pelos respectivos superiores nos cargos relativos a general-de-divisão e general-de-brigada. Com relação ao tempo de permanência num determinado cargo, ele é pré-determinado: “(...) o oficial fica numa função de comando por dois anos e

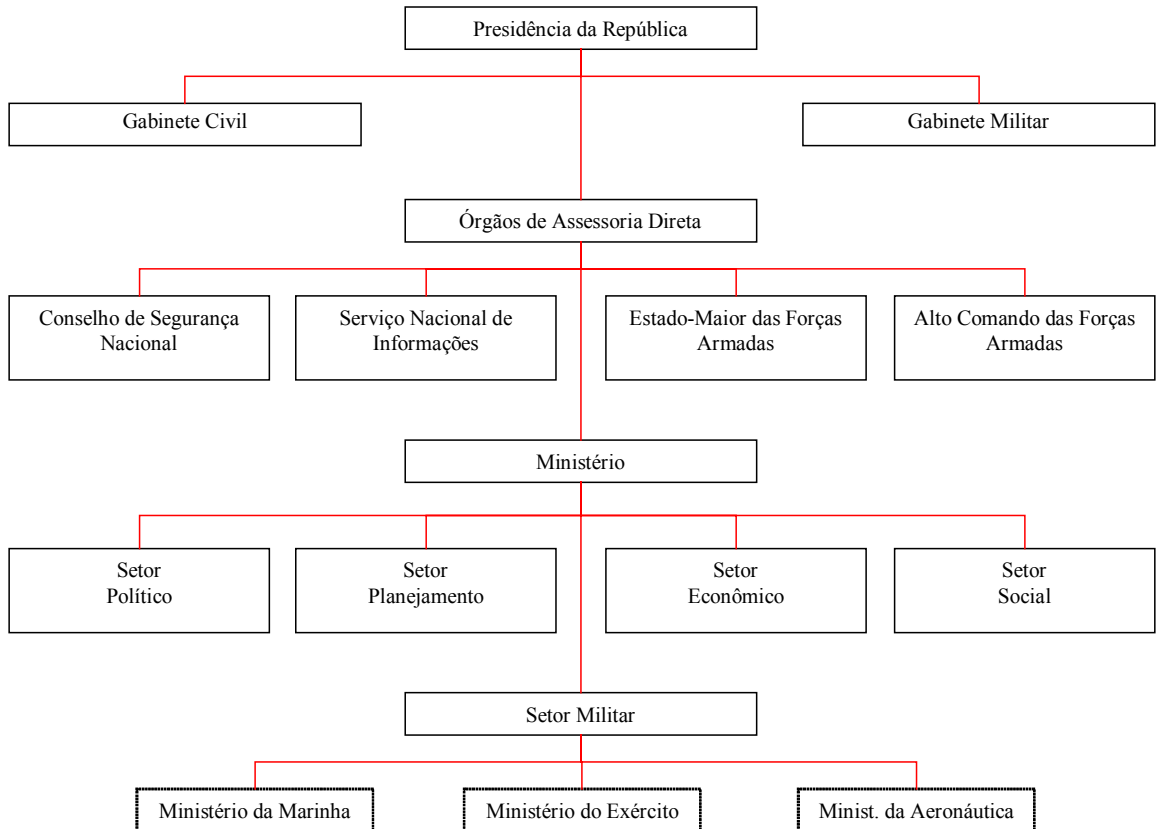
vamos situar o quadro acima no interior da estrutura militar como um todo, levando em consideração não somente os comandos de tropa, mas também os cargos de ordem administrativa no seu interior e fora dela. Assim, os organogramas que seguem referem-se, respectivamente, à Estrutura do Poder Militar construída no governo iniciado em 1964 e à Estrutura Organizacional do Exército. Eles se apresentam nessa ordem devido a posição de dirigente político alcançada pelas Forças Armadas nesse período, pois é preciso inserir a estrutura organizacional do Exército nesse esquema maior, que é a organização do poder militar, para se ter um panorama completo das possibilidades de carreira de um oficial-general nessa estrutura.

## **1 - Estrutura do Poder Militar em 1967<sup>42</sup>**

---

depois é substituído. Com isso obriga-se o oficial a ter vários contatos e a conhecer bem o Exército” (MURICI *in* CPDOC, 1993).

<sup>42</sup> DL 200, 25/02/1967 *apud* MARTINS FILHO (1995:96).

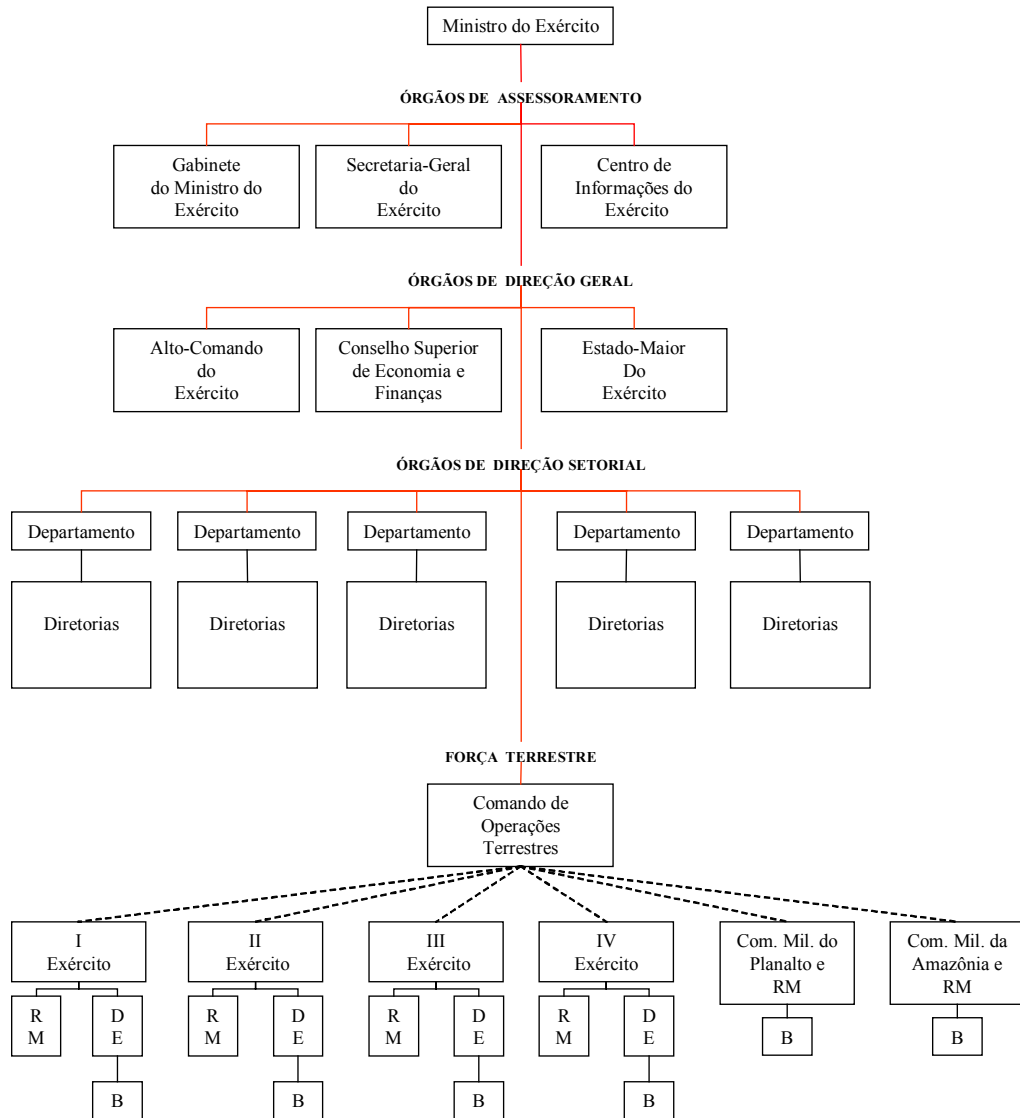


#### Legenda

— Setores Diretamente Subordinados à Presidência da República

### Estrutura Organizacional do Exército<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Fontes: Dec. 66 131 de 29 de janeiro de 1970; Dec. 75 082 de 12 de dezembro de 1974. Esse organograma foi construído através dos dados apresentados nas fontes já citadas. Portanto, ele refere-se a



**Legenda**

- Subordinação direta ao Ministro do Exército
- Subordinação
- DE = Divisão de Exército
- RM = Região Militar
- B = Brigada
- Vinculação

No primeiro organograma estão relacionados os órgãos que constituíam a estrutura de poder montada no novo regime. O elo entre esse e o segundo organograma

uma aproximação da organização do Exército no período aqui estudado. Com relação aos departamentos e suas respectivas diretorias, foram omitidos os seus nomes específicos por serem inconstantes em sua organização. Por último, temos o caso do Comando militar do Planalto e do Comando Militar da Amazônia, que diferentemente dos Exércitos, constituem-se em Divisões comandadas – juntamente com a sua respectiva RM – por um general-de-divisão.



se dá através do ministério do Exército. A partir do qual, vemos a disposição dos órgãos administrativos e dos comandos de força terrestre.

Na estrutura do poder militar, os órgãos de assessoria direta são os que mais nos interessam aqui. Esses órgãos, como o próprio nome diz, são responsáveis pela assessoria política junto à presidência da República, e desse modo constituem a arena de expressão da cúpula das três forças armadas. Caracterizá-los se torna essencial aqui:

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) era responsável pelo estudo das informações reunidas pelos órgãos de informação, e a posterior sugestão de medidas a serem entregues ao presidente da República. O chefe da Secretaria Geral do CSN, que fazia esse encaminhamento à presidência, era o chefe do Gabinete Militar. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era um órgão de busca de informações, criado logo em junho de 1964, “com o objetivo de assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação. Arquitetado por Golbery do Couto e Silva, o SNI cresceu (...). Além da Agência Central e de agências regionais espalhadas pelo Brasil, o SNI dispunha das Divisões de Segurança Interna – DSIs – em cada ministério e das Assessorias de Segurança e Informações – ASIs – em outros órgãos públicos. (...) Tornou-se também um gerenciador de atividades públicas e empresariais” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994-b: 14).

Os outros dois órgãos que aparecem na assessoria direta à presidência da República, o Alto Comando das Forças Armadas (AC-FAs) e o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), eram os órgãos de cúpula das Forças Armadas. O primeiro foi criado pelo decreto-lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967, como um órgão de assessoria à presidência da República nos assuntos relativos à política militar. Era constituído pelos ministros militares, pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas,

e pelos chefes de Estado-Maior de cada uma das Forças (Exército, Marinha e a Aeronáutica), e suas reuniões eram secretariadas pelo chefe do Gabinete Militar. Era um órgão de fundamental importância para a centralização dos mecanismos de decisão do poder militar, de modo que “(...) assumiria funções bastante autônomas nos momentos críticos” (MARTINS FILHO, 1996:94). Já o EMFA, era responsável pela assessoria aos assuntos relacionados à coordenação das Forças Armadas. Era um órgão de representação unificada das três forças, e sua chefia era exercida pelos militares de patente máxima de cada uma delas, em forma de rodízio. Assim, quando ficava sob responsabilidade do Exército era assumida por um general-de-exército.

Também dois dos órgãos de direção geral do Exército merecem ser aqui destacados: o Alto Comando do Exército (AC-E), formado por todos os generais-de-exército em função; e o Estado-Maior do Exército (EME), chefiado por um general-de-exército e tendo como subordinados os Estados-Maiores de todos os comandos de operações terrestres. O Estado-Maior de cada uma dessas unidades, por sua vez era dividido em 5 seções: 1<sup>a</sup>-pessoal, 2<sup>a</sup>-informação, 3<sup>a</sup>-operações, 4<sup>a</sup>-apoio logístico, 5<sup>a</sup>-relações públicas. Cada uma dessas seções respondia a sua respectiva seção no Estado-Maior do Exército. Desse modo, no que se referia a informação, cada 2<sup>a</sup> seção “processaria no âmbito do Estado-Maior os dados necessários para a ação da tropa, e numa proporção maior esse esquema se repetiria na cúpula, através do Estado-Maior do Exército” (GASPARI, 2002-a: 263).

Esse esquema funcionou até 02 de maio de 1967, quando o então presidente Costa e Silva criou o Centro de Informações do Exército (CIE) através do decreto n. 60.664. “O CIE nasceu diretamente subordinado ao ministro do Exército, ligado ao seu gabinete (...). Cabia ao CIE “orientar, coordenar e supervisionar todas as

atividades de Segurança Interna e Contra-Inteligência”. (GASPARI, 2002-a: 262). A partir de então, as informações passaram a confluir das 2<sup>as</sup> seções de cada unidade diretamente para o CIE, e deste para o ministro do Exército. Esse novo órgão acabou, então, por construir uma estrutura de informações que agiria paralelamente à estrutura de comando, deixando para o Estado-Maior do Exército somente as funções relativas à administração da instituição e denegando ao ministro o controle direto da área de informação, politicamente relevante na estrutura de poder militar então vigente.

Essa estrutura de informação viria a ser complementada ainda por outros órgãos. Assim, em 1969, foi criada, no interior do II Exército, a Operação Bandeirante (OBAN). Um órgão misto de atividade policial e militar, que tinha como objetivo “emprender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição(...)” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994-b: 17). Logo depois, em 1970, a fim de centralizar essas atividades foram criados ainda os CODIs (Centros de Operações de Defesa Interna) e os DOIs (Destacamentos de Operações de Informações<sup>44</sup>). Amarrando, assim, “a moldura administrativa que ratificava a multiplicação de centrais repressivas semelhantes à Operação Bandeirantes (GASPARI, 2002-b: 177).

Nesse processo, toda a atividade de segurança foi assumida pelo Exército, de modo que este prevaleceu sobre as outras 2 Forças. Assim, “elaborou-se um novo mapa político para o Brasil, baseado em Zonas de Defesa Interna, ou ZDIs. Dividiam o país em quatro, fixando limites de jurisdição idênticos aos que separavam o I, II, III e IV Exércitos”. As ZDIs foram entregues aos generais-comandantes de cada exército. Depois, foram criados os CODIs. “Cada ZDI tinha o seu, sempre chefiado pelo

---

<sup>44</sup> Destacamento é a denominação utilizada para uma unidade com efetivo variável, diferentemente das outras unidades de efetivo estável (Exército, Divisão, Brigada, Regimento, Batalhão, Companhia e Pelotão). Era geralmente comandada por um tenente-coronel (para um melhor entendimento do seu funcionamento e constituição, ver depoimento de Adyr Fiúza de Castro *in* D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994-b: 35-80).

comandante do Exército. Nele tinham assento, representantes dos governos estaduais, da Marinha e da Aeronáutica, mas sua importância operacional era nula” (*idem. Ibid.*:178). Foram então criados os DOIs, como o braço armado desses centros operacionais. Os DOIs “tinham por comandantes tenentes-coronéis ou majores. Seus efetivos militares eram recrutados quase sempre nas fileiras dos soldados profissionais e nas Polícias Militares, até mesmo no corpo de bombeiros. (...) O destacamento formava uma unidade policial autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços” (GASPARI, 2002-b: 180).

Diante disso, os cargos ocupados por generais podem ser classificados segundo seu grau de relevância política no período iniciado em 1964. Assim, órgãos como o Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações, o Alto comando das Forças Armadas e o Estado-Maior das Forças Armadas, enquanto órgãos de assessoria direta à presidência da República, podem ser considerados de perfil político, como mostra MARTINS FILHO (1996:97): “(...) o decreto-lei n.200, estabelecia que à presidência da República incumbia a formulação e execução da política de Segurança Nacional, com a assessoria do Conselho de Segurança Nacional, do Alto Comando das Forças Armadas, do Estado-Maior das Forças Armadas e do Serviço Nacional de Informações”.

Já o Estado-Maior do Exército, apesar de ter representação no Alto Comando das Forças Armadas, é um órgão de caráter meramente administrativo no interior da instituição – ainda assim o posto máximo almejado pelos militares mesmo nesse contexto político<sup>45</sup>. Por um período, quando ainda tinha controle sobre as

---

<sup>45</sup> Nas palavras de Muricy (*in* CPDOC, 1993:671): “O chefe do Estado-Maior exerce a maior das funções, a mais alta, estritamente militar, dentro do Exército. É o segundo homem do ministério do Exército. Ele tem precedência sobre todos os outros generais. Ele só é subordinado ao ministro. E é o substituto do ministro nos impeditos. O chefe do Estado-Maior tem ascendência sobre todas as áreas, embora não

informações processadas no âmbito das 2<sup>as</sup> seções, o Estado-Maior detinha algum poder político, mas com a criação do CIE este passou definitivamente para o ministro do Exército. O ministério, por sua vez, era de natureza política: “o ministro ocupava um cargo de natureza civil. Pela lei não precisava pertencer ao serviço ativo ou sequer vestir farda. Já a chefia do Estado-Maior do Exército era uma função militar, exercida necessariamente por um quatro-estrelas da ativa” (GASPARI, 2002-a: 263).

Com relação aos departamentos e diretorias, esses eram cargos meramente burocráticos no interior dessa força, muitas vezes citados como posições onde os generais podiam ser politicamente neutralizados<sup>46</sup>, assim como o quadro especial do Superior Tribunal Militar<sup>47</sup>. Por último, os comandos terrestres ocupam um lugar relevante nessa estrutura. Possuíam tropas e, eram de fundamental importância no contexto militar de segurança interna. Com a criação dos DOI-CODIs, um comandante de Exército tinha como subordinados não só esses 2 órgãos de operação de informações, mas também as unidades da Marinha e da Aeronáutica do território sob sua jurisdição, a partir da consolidação da estrutura das ZDIs<sup>48</sup>. O comando das RMs, nesse esquema, também apresentava alguma relevância, já que era responsável pelo apoio logístico do Exército ao qual se encontrava subordinada.

É nesse contexto, e tomando também como base o decreto n. 66.131 de 29 de janeiro de 1970 e o decreto n.75.082 de 12 de dezembro de 1974, que os dados das tabelas, apresentadas logo abaixo, devem ser considerados. Esses decretos se

---

tenha uma ação direta de comando. Todos os grandes atos do Exército, venham de que área vier, são estudados e têm sua redação final no Estado-Maior”. “Honestamente, o maior posto da carreira é a chefia do Estado-Maior, porque o cargo de Ministro já é um posto político” (*idem, ibid.*: 754).

<sup>46</sup> Ver GASPARI (2002-b: 71).

<sup>47</sup> Ver pp.: 69.

<sup>48</sup> Formalmente as ZDIs estruturavam-se assim. No entanto, deve ser levado em consideração o relacionamento entre as 3 Forças nesse esquema: um certo respeito ao que se apresentava como competência de cada uma delas.

referem aos *Cargos Privativos de Oficial-General em Tempo de Paz*<sup>49</sup>, e assim dispõem sobre os comandos referentes a cada uma das patentes do generalato:

**General-de-Exército:** chefe do Estado-Maior do Exército; chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações; chefe do Departamento Geral do Pessoal; chefe do Departamento de Provisão Geral; chefe do Departamento de Produção e Obras; chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; chefe do Departamento Geral de Serviços; chefe do Departamento de Material Bélico; comandante de Exército.

**General-de-Divisão:** vice-chefe do Estado-Maior do Exército; vice-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações; vice-chefe do Departamento Geral de Pessoal; vice-chefe do Departamento de Provisão Geral; vice-chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; vice-chefe do Departamento Geral de Serviços; vice-chefe do Departamento de Material Bélico; comandante militar da Amazônia e da 12<sup>o</sup> Região Militar; comandante Militar do Planalto e da 11<sup>o</sup> Região Militar; diretor geral de Comunicações; diretor geral de Economia e Finanças; diretor geral de Engenharia; diretor geral de Material Bélico; diretor geral de Remonta e Veterinária; diretor de Ensino Preparatório e Assistencial; diretor de Especialização e Extensão; diretor de Movimentação; diretor de Obras de Cooperação; diretor de Aperfeiçoamento e Especialização; diretor de Ensino e Formação; diretor do Pessoal da Ativa; diretor do Serviço Militar; chefe do gabinete do Ministro do Exército; sub-chefes (2) do Estado Maior do Exército; comandante de Região Militar (1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup>, 9<sup>o</sup>, 10<sup>o</sup>); comandante de Divisão de Exército (1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup>, 6<sup>o</sup>); comandante de Região Militar e Divisão de Exército (4<sup>o</sup> RM e 4<sup>o</sup> DE, 5<sup>o</sup> RM e 5<sup>o</sup> DE, 7<sup>o</sup>-RM e 7<sup>o</sup> DE); secretário-geral do Exército.

**General-de-Brigada:** comandante de Região Militar (6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>); diretor de Administração Financeira; diretor de Armamento e Munições; diretor de Assistência Social; diretor de Estudos e Operações; diretor de Material de Comunicações; diretor de Material de Engenharia; diretor de Motomecanização; diretor do Patrimônio do Exército; diretor de Remonta; diretor de Vias de Transporte; diretor de Assuntos Especiais, educação Físicas e Desportos; diretor de Cadastro e Avaliação; diretor de Inativos e Pensionistas; diretor Patrimonial de Brasília; diretor de Pessoal civil; diretor de Processamento de Dados; diretor de Promoções; vice-diretor de Movimentação; vice-diretor de Serviço Militar; sub-chefes (2) do Estado-Maior do Exército; sub-chefes (2) do Departamento de Provisão Geral; sub-chefe de Estado Maior dos exércitos; comandante do Primeiro Grupamento de Engenharia; Inspetor-Geral das Polícias Militares; chefe do Centro de Informações do Exército; chefe do Centro de Documentação do Exército; chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército; comandante da Academia Militar das Agulhas Negras; comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; comandante da Escola de comando e Estado-Maior do Exército; comandante da Brigada Aeroterrestre; comandante de Brigada de Infantaria; comandante de Brigada de Cavalaria; comandante de Brigada Mista; comandante da Divisão Blindada; comandante da Divisão de Cavalaria; comandante da Artilharia de Costa e Antiaérea; comandante de Artilharia Divisionária; comandante de Infantaria Divisionária; comandante de Grupamento de Fronteira, comandante do Grupamento do Leste Catarinense; comandante de Grupamento de Engenharia de Construção; Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

Desse modo, a discussão que segue está amparada nas colocações feitas acima, pois é necessário ter bem claro o significado de cada cargo na estrutura do Exército para que se possa pensar na importância de cada comando para a construção da

---

<sup>49</sup> Esses decretos dispõem, além dos cargos dos oficiais-generais combatentes, dos cargos relativos ao Quadro de Engenheiros Militares e as armas de intendência e veterinária. No entanto, eles não foram aqui trabalhados por se referirem a armas que não possibilitam carreira até o posto de general-de-exército, que é de nosso interesse aqui.

carreira militar individual, de um lado, e na estrutura de poder consolidada no pós 64, de outro. Os dados a partir de agora apresentados foram obtidos nos *Almanaques do Pessoal do Exército e Noticiários do Exército* relativos ao período aqui abordado. O que eles mostram é um relacionamento específico entre instituição militar e política, ou seja, uma inter-relação que, abordada a partir de dados internos à organização militar nos parece diversa dos modelos discutidos até então.

### **2.3- A profissionalização do Exército brasileiro e o fortalecimento da estrutura hierárquica**

Podemos iniciar agora a discussão sobre as interferências do processo político nas carreiras de militares nele envolvidos. Para tanto, as considerações apresentadas acima são de fundamental importância, na medida em que caracterizam a estrutura organizacional com a qual estamos trabalhando, e elucidam os modos pelos quais se dá a movimentação em seu interior. É necessário, assim, que elas sejam tomadas como um pano de fundo para a análise que segue abaixo.

Como já foi dito, toda a pesquisa foi feita sobre o comportamento das carreiras militares observado através dos Almanques Militares que recobrem o período de 1964 a 1974. Para que fossem melhor trabalhados, os dados foram organizados em forma de tabelas, com o objetivo de demonstrar a movimentação dos oficiais que construíram suas carreiras (nas armas combatentes) no generalato após o golpe militar de 1964, dando ênfase aos nomes indicados nas entrevistas realizadas com militares apresentadas por D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO (1994-a).

Essas tabelas estão divididas em dois grupos:

A – Relacionando as datas de promoção juntamente com as posições ocupadas por cada um em cada patente.

Cada uma dessas tabelas traz os nomes desses oficiais-generais, juntamente com a respectiva data da turma de formação a que pertenceram. Mostram, ainda, o tempo (em meses) que cada um passou no posto de coronel. Seguindo, finalmente, suas carreiras desde o primeiro posto do generalato até a possível chegada ao posto de general-de-exército.

Para o caso da tabela 2, a relação entre posição ocupada e as datas de promoção é dada a partir do posto de general-de-divisão, trazendo tanto o tempo no posto de coronel como também no posto de general-de-brigada.



B - Relacionando a posição de cada oficial-general com os respectivos cargos ocupados durante o período em que se encontravam nesse quadro.

Estas tabelas trazem o nome de cada oficial-general e, segue os cargos por cada um ocupado – algumas vezes acompanhado do mês em que foi nomeado para tal cargo - durante a sua permanência e ascensão nas patentes. Aqui, também a tabela 2 difere das outras, e inicia-se no posto de general-de-divisão.

## Legenda

### Postos e Situações:

- + E = General-de-Exército
- + QE = General-de-Exército pertencente ao Quadro Especial<sup>50</sup>
- + AG = General-de-Exército Agregado<sup>51</sup>
- + D = General-de-Divisão
- + AG = General-de-Divisão Agregado
- + B = General-de-Brigada
- + AG = General-de-Brigada Agregado
- + R = Reserva
- + ? = Situação não esclarecida entre reserva ou falecimento
- + F = Falecimento
- Passagem para a Reserva como definido no primeiro Ato Institucional.
- L* Generais “duros”
- L* Generais “Castelistas”

### Cargos:

AD = Artilharia Divisionária.

AMAN = Academia Militar das Agulhas Negras

CGI = Comissão Geral de Investigações

---

<sup>50</sup> O Quadro Especial é composto por 4 generais-de-exército que exercem a função de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Esses oficiais permanecem neste quadro por 3 anos em média, e quando estão nessa situação escapam dos limites de idade e tempo no generalato para a passagem à reserva - como regulamentado a partir de dezembro de 1965. Ver pp.:76.

<sup>51</sup> “Agregação é a situação de inatividade transitória dos oficiais que, embora pertencentes aos quadros da ativa das Forças Armadas, não são computados nas respectivas escalas numéricas dos Almanques (...) por motivos diversos” (Decreto-Lei n. 9.608 de 2 de setembro de 1946 – Estatuto dos Militares).

CMA = Comando Militar da Amazônia  
CMP = Comando Militar do Planalto  
CMRJ = Colégio Militar do Rio de Janeiro  
COSEF = Conselho de Economia e Finanças  
CSN = Conselho de Segurança Nacional  
DAE = Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização  
DAF = Diretoria de Administração Financeira  
DAM = Diretoria de Armamento e Munição  
DAS = Diretoria de Assistência Social  
DB = Divisão Blindada  
DC = Divisão de Cavalaria  
DEE = Diretoria de Especialização e Extensão  
DEC = Departamento de Engenharia e Comunicações  
DEF = Diretoria de Ensino e Formação  
DEP = Departamento de Ensino e Pesquisa  
DEx = Divisão de Exército  
DFA = Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento  
DGC = Diretoria Geral de Comunicações  
DGE = Diretoria Geral de Engenharia  
DGEC = Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações  
DGEF = Diretoria Geral de Economia e Finanças  
DGMB = Diretoria Geral de Material Bélico  
DGRV = Diretoria Geral de Remonta e Veterinária  
DGP = Departamento Geral de Pessoal  
DGS = Departamento Geral de Serviços  
DIE = Diretoria de Instrução do Exército  
DM = Diretoria de Motomecanização

DMC = Diretoria de Material de Comunicações

DME = Diretoria de Material de Engenharia

DOC = Diretoria de Obras de Cooperação

DPA = Diretoria de Pessoal da Ativa

DPE = Diretoria de Patrimônio do Exército

DPG = Departamento de Provisão Geral

DPO = Departamento de Produção e Obras

DR = Diretoria de Remonta

DRec = Diretoria de Recrutamento

DRes.= Diretoria de Reserva

DSM = Diretoria de Serviço Militar

DVT = Diretoria de Vias e Transporte

EM = Estado Maior

EME = Estado Maior do Exército

EsAO = Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ECEME = Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EMFA = Estado Maior das Forças Armadas

ESG = Escola Superior de Guerra

FIP = Força Interamericana de Paz

GE = Grupamento de Engenharia

ID = Infantaria Divisionária

NuDAet = Núcleo de Divisão Aeroterrestre

RM = Região Militar

SNI = Serviço Nacional de Informações

STM = Superior Tribunal Militar